

CDU 658.114

**DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL: EMPRESAS PRIVADAS
NACIONAIS, ESTRANGEIRAS E ESTATAIS**

Leonardo Guimarães Neto *

O objetivo do presente trabalho é o de examinar, nas últimas décadas, o papel desempenhado pelas maiores empresas que desenvolvem atividades econômicas no país, sejam empresas privadas nacionais, multinacionais e estatais, na desconcentração espacial recente.

O que se apresenta, em seguida, é o resumo, além de considerações preliminares, de algumas constatações consideradas relevantes de uma pesquisa mais ampla, em realização com o apoio do CNPq sobre as grandes empresas e as regiões brasileiras, a partir da qual se elaborou um relatório preliminar e um texto apresentado no encontro anual da ANPEC em 1993 (Guimarães Neto, 1993a; Guimarães Neto, 1993b). Nesses trabalhos anteriores, foram mostrados resultados gerais relacionados com a importância e significação da grande empresa na economia brasileira, sua distribuição espacial e o exame sumário, a partir da literatura existente, dos fatores determinantes do deslocamento do grande capital na direção de regiões com o menor grau de industrialização. Não se desceu, nos referidos estudos, ao exame do papel diferenciado que os grandes empreendimentos privados (nacionais e estrangeiros) e estatais desempenharam nessa desconcentração espacial constatada segundo vários estudos recentes (Diniz; Lemos, 1986; FUNDAJ, 1990; Guimarães Neto, 1990), o que constitui objeto dessa comunicação.

As constatações apresentadas a seguir têm por base, além de estudos recentes sobre a questão regional, informações sobre as maiores empresas localizadas no Brasil, coletadas nas revistas especializadas que, anualmente, publicam a relação desses empreendimentos e de dados gerais sobre o seu desempenho. A maior parte dessas informações foi obtida na publicação "Quem é Quem na Economia Brasileira", da *Revista Visão*. Em particular, foram utilizados mais intensamente os dados das 1.000 maiores empresas, de todos os segmentos produtivos levantados, nos anos 1975, 1980 e 1990.

* Professor-Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Pesquisador-Bolsista do CNPq e ex-Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife. A pesquisa na qual se baseou este texto teve apoio, também, da UFPB e da FUNDAJ. Vale registrar, na realização deste trabalho, a colaboração na montagem e tratamento da base de dados, de Marta Ferraz Guimarães e dos alunos do Departamento de Economia da UFPB, bolsistas de iniciação científica do CNPq Cláudia Lúcia Ribeiro e Felton Medeiros Sobrinho.

A participação regional adotada foi a tradicional, utilizada pelas instituições oficiais na apresentação dos dados estatísticos: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Embora se reconheça que esta divisão regional, dadas as transformações econômicas, nas três últimas décadas, apresenta dificuldades para compreensão das mudanças territoriais ocorridas no país, dado sobretudo o seu nível de agregação, por comodidade e na ausência de uma regionalização substituída mais satisfatória adotou-se a concepção regional tradicional, complementando-a com informações mais detalhadas, a nível de unidade federada, quando uma desagregação maior era exigida.

Considerações Preliminares

Antes do exame do comportamento recente dessas grandes empresas, é importante tecer algumas considerações preliminares sobre a evolução nas últimas décadas das regiões brasileiras e sob a forma mais recente de sua integração.

Não há muita discordância, atualmente, a respeito da existência de um nítido processo de desconcentração espacial, no qual todas as demais regiões brasileiras, em comparação com o Sudeste, expandiram mais suas atividades produtivas. Os dados das contas nacionais ilustram claramente este processo (Tabela 1).

As estimativas para o setor industrial, de 1970 a 1985, realizadas

TABELA 1
BRASIL: PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO PRODUTO INTERNO (%)

REGIÕES	1970	1975	1980	1985	1990(*)
Norte	2,2	2,0	3,3	4,1	5,4
Nordeste	11,7	11,1	12,0	13,6	15,7
Sudeste	65,5	64,9	62,3	59,1	56,4
São Paulo	39,4	40,1	37,7	35,4	33,0
Rio de Janeiro	16,7	15,3	13,7	12,3	11,5
Sul	16,7	17,9	17,0	17,1	16,8
Centro-Oeste	3,9	4,1	5,4	6,0	5,7

FONTE: IBGE-Diretoria de Pesquisa, para os anos 1970, 1975, 1980 e 1985. (*) Estimativa de Maria Cecília Rodrigues (Rodrigues, 1993).

pelo IBGE, mostram uma desconcentração espacial, relativamente ao Sudeste, muito mais intensa que os dados globais. O Norte, para ilustrar, passa de uma participação de 1,1% em 1970 para 4,1%, em 1985; o Nordeste, de 7% para 12,2%; o Sul, de 12% para 15,7%; e o Centro-Oeste, de 0,9% para 2,4%. Já a participação, nesses mesmos anos, do Sudeste declinou de um nível correspondente a 79,1% para 65,8%, determinado sobretudo por São Paulo (56,5% e 44%) e Rio (15,3% e 11,8%), uma vez que Minas e Espírito Santo aumentam sua participação no setor industrial.

Embora tal desconcentração não tenha, até o presente, significado uma mudança importante na divisão regional de trabalho do país, significou, isto sim, uma alteração nas tendências registradas desde que foram publicadas as primeiras informações sobre as contas regionais no Brasil: a tendência anterior de concentração da atividade econômica no sudeste e, em particular, nessa região, em favor de São Paulo, Rio e Minas Gerais, notadamente do que se refere ao setor industrial.

Um segundo plano a ser considerado refere-se à forma que tomou a articulação das regiões brasileiras nas últimas décadas. Para resumir a questão, o que se deve levar em conta nas considerações que seguem, é o fato de que se até os anos 50 e 60 prevaleceu no relacionamento econômico das regiões brasileiras uma articulação meramente comercial, sobretudo com a região industrial do Sudeste avançando nos mercados das demais regiões, visando a venda dos bens produzidos pela sua atividade industrial mais complexa e mais competitiva, mais recentemente o que se tem assistido é a um deslocamento de capitais de uma para outra região num processo que poderia ser denominado de integração produtiva para contrastar com o de articulação comercial. A partir sobretudo dos anos 70, por conta de um conjunto de determinantes, as regiões menos industrializadas passaram a receber alguns investimentos significativos, sejam das grandes empresas nacionais e estrangeiras, sejam de estatais, que em alguns casos vieram a se constituir pólos, complexos e eixos industriais relevantes. O exame que se segue das grandes empresas tem como cenário esta última forma de integração entre as regiões e os espaços diferenciados do país (Guimarães Neto, 1990).

É importante considerar que a esta presença de capitais extra-regionais nas regiões menos industrializadas foi seguida, na constituição de novas estruturas industriais ou pólos econômicos de outra ordem, de investimentos locais que, motivados pelos mesmos estímulos que deram origem à vinda de capitais extra-regionais, complementaram muito dessas novas estruturas comandadas por grandes empreendimentos (Lima, 1993; Buarque, 1993; Araújo, 1993). Assim, para ilustrar, a partir dos incentivos fiscais e financeiros oferecidos pela SUDENE/BNB ou SUDAM/BASA não só empreendimentos comandados por capitais extra-regionais foram implantados nas economias regionais do Nordeste e da Amazônia, mas alguns empreendimentos constituídos por capitais locais

passaram a marcar sua presença nessas regiões. Com isto o que se quer afirmar é que as grandes empresas que surgiram nas áreas menos industrializadas se, em parte significativa, estão controladas por capitais de fora, alguns deles estão constituídos por capitais locais (Guimarães Neto; Galindo, 1992).

A Desconcentração Espacial e a Grande Empresa

Quer se considere o conjunto formado pelas 5.000 ou pelas 1.000 maiores empresas levantadas pela Revista *Visão* (Quem é Quem na Economia Brasileira), quer as 500 maiores da *Conjuntura Econômica* ou, ainda, as maiores empresas da *Gazeta Mercantil* (Balanço Anual), o que se constata é, tanto em relação ao número de empresas quanto a outras variáveis como o faturamento ou vendas, um processo de desconcentração similar ao que se assinalou anteriormente para os valores do produto interno das regiões e algumas unidades federadas (Guimarães Neto, 1993a).

Limitando a análise às 1.000 maiores empresas privadas e estatais levantadas pela Revista *Visão*, as informações da Tabela 2 revelam as tendências principais.

Os valores apontam, como se fez referência, na direção da

TABELA 2
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS 1.000 MAIORES EMPRESAS (%)

REGIÕES	1975		1980		1990	
	N.	FAT.	N.	FAT.	N.	FAT.
NORTE	0,9	0,4	1,8	1,0	3,0	2,2
NORDESTE	6,3	3,0	8,1	4,7	10,5	7,9
SUDESTE	80,3	88,3	73,8	83,0	68,2	73,1
São Paulo	(53,6)	(48,6)	(47,2)	(39,2)	(43,0)	(37,0)
Rio de Janeiro	(21,0)	(35,2)	(19,1)	(37,4)	(15,3)	(27,4)
SUL	10,9	6,7	14,0	8,3	15,4	11,7
CENTRO-OESTE	1,6	1,6	2,3	3,0	2,9	5,0

FONTE: Revista *Visão*-Quem é Quem na Economia Brasileira, vários anos.

OBS.: n = número de empresas; fat. = faturamento

desconcentração espacial registrada para a economia como um todo. Os ganhos de posição relativa das regiões menos industrializadas são evidentes, tanto no que se refere ao número de empresas quanto ao faturamento. É importante ressaltar que os percentuais relativos ao faturamento são, nas regiões menos industrializadas, bem menores que os referentes ao número de empresas, o que por si só revela que o tamanho médio dos "grandes" empreendimentos dessas regiões é menor que aquele do Sudeste, em particular, os do Rio de Janeiro e São Paulo. Embora isto seja verdadeiro, levantamentos mais detalhados (Guimarães Neto, 1993a) mostram que, com o decorrer dos anos e a partir das informações da Revista Visão, o tamanho médio das empresas das regiões menos industrializadas que integram as 1.000 maiores, tende a crescer mais que o tamanho médio das grandes empresas do Sudeste. Haveria, segundo tais dados, nesse processo de desconcentração espacial, um processo simultâneo de homogeneização das grandes empresas da perspectiva do seu tamanho, embora as diferenças sejam, ainda, marcantes.

Cabe, agora, a indagação: que papel desempenharam neste processo de desconcentração espacial as empresas privadas - nacionais ou estrangeiras - e as empresas estatais? A desconcentração ocorrida, que beneficiou as regiões de renda por habitantes mais baixa e de menor grau de industrialização, teria sido promovida a partir de políticas econômicas que tiveram nos investimentos das empresas estatais os instrumentos fundamentais no cumprimento de tais objetivos? Examinando por outro ângulo: quais teriam sido os segmentos produtivos que mais contribuíram para este processo de desconcentração espacial? A indústria, as atividades comerciais ou segmentos específicos dos serviços? Estas são as indagações que se pretende responder nas considerações que seguem.

Privadas Nacionais e Estrangeiras

Antes de entrar no exame das 1.000 maiores empresas cabe fazer referência a alguns aspectos conceituais e metodológicos. Foram consideradas nas relações utilizadas as empresas agropecuárias industriais, de construção e engenharia, transporte e armazenagem, serviços públicos, comércio e serviços em geral (imobiliárias, hotelaria, diversão, administração e participação). Não participam desta relação as empresas do setor financeiro, sejam privadas ou estatais. O critério básico definidor das 1.000 maiores foi o do faturamento. A definição de estatais, privadas nacionais ou empresas estrangeiras teve como critério básico a participação acionária. Deve-se registrar que para algumas empresas não havia informações a este respeito, foi necessário buscar informações adicionais ou arbitrar na classificação em um ou outro tipo de empreendimento. Em fase posterior da pesquisa pretende-se

aprofundar o exame de cada uma das empresas que não registrava informações que permitissem essa classificação. Vale lembrar que o critério de localização do empreendimento diz respeito à sua sede. Podem pois existir situações, nas quais a sede localiza-se numa região e a base produtiva em outra. Isto ocorre sobretudo em estatais como Cia Vale do Rio Doce, ELETRONORTE, dentre outras. Esta questão será retomada posteriormente.

Cabe antes de mais nada considerar que houve mudanças na composição das 1.000 maiores empresas. Os dados que seguem mostram com clareza: (i) o avanço até 1980 das estatais; (ii) a estabilização, com recuo em 1980, das empresas privadas nacionais e, finalmente; (iii) uma diminuição significativa, sobretudo após 1980, das empresas privadas estrangeiras:

	1975	1980	1990
Privadas Nacionais	703	652	713
Estrangeiras	225	226	163
Estatais	72	122	124
TOTAL.....	1.000	1.000	1.000

FONTE: Revista *Visão* - Quem é Quem na Economia Brasileira, vários anos.

Nessas mudanças, deve-se chamar a atenção para o salto que as estatais, no regime autoritário, deram dentre as maiores empresas nacionais. Esta estabilização que se seguiu após 1980 está associada à crise fiscal e financeira do Estado nos anos 80 e ao uso sistemático, quando da aceleração inflacionária, das tarifas públicas como instrumento de política econômica visando reduzir as pressões nos preços, bem como de cortes dos gastos. Além disso, não se deve esquecer que nos momentos mais agudos da crise da dívida externa, as estatais desempenharam papel perverso na captação de divisas através de empréstimos de necessidade duvidosa durante o regime militar (Werneck, 1987; FUNDAP, 1989), que terminaram abalando a sua saúde financeira.

Há, ainda, o declínio da posição relativa das empresas estrangeiras, que embora promovessem, nos anos 80, um reajuste similar à da empresa privada nacional, inclusive voltando suas aplicações para o sistema financeiro em lugar da realização de investimentos produtivos, alguns indicadores mostram que tiveram sucesso menor de que as grandes empresas nacionais (FUNDAP, 1989, Gráfico 8).

Neste contexto, os dados da tabela 3 permitem que sejam extraídas algumas constatações relevantes.

Primeira, o papel mais marcante, da perspectiva do número de grandes empresas, no processo de desconcentração espacial ocorrido nas regiões brasileiras, foi desempenhado pelo grande empreendimento privado nacional. Este marcou sua presença no Norte, sobretudo no Estado do Amazonas; no Nordeste, principalmente na Bahia; e no Sul. Estas três regiões menos industrializadas que o Sudeste, participavam, no total do número de empresas privadas nacionais, com 20,9% em 1975, passam a representar 27,5% em 1980 e, finalmente, 30,9%, isto é quase um terço, em 1990.

Contrasta com este desempenho, aquele que se verificou no Sudeste e, em particular em São Paulo e Rio. O primeiro Estado evolui,

TABELA 3
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA GRANDE EMPRESA SEGUNDO REGIÕES E A PROPRIEDADE DO CAPITAL - 1975/80/90

REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS	ESTATAIS			PRIVAD. NACIONAIS			ESTRANGEIRAS		
	1975	1980	1990	1975	1980	1990	1975	1980	1990
NORTE	1	1	3	7	12	20	1	5	9
Amazonas	-	-	1	3	8	16	1	5	9
NORDESTE	8	19	17	49	51	73	9	9	14
Bahia	4	10	3	18	29	35	5	5	10
SUDESTE	43	75	68	552	465	481	206	201	133
São Paulo	10	21	22	376	318	320	147	139	89
Rio de Janeiro	26	40	29	135	100	94	52	52	37
Minas Gerais	6	10	12	33	37	53	7	9	7
SUL	10	11	19	91	116	127	9	11	6
Rio Grande do Sul	7	5	6	50	60	64	7	6	4
CENTRO-OESTE	10	16	17	8	8	12	-	-	-
Distrito Federal	8	11	11	5	3	3	-	-	-
TOTAL	72	122	124	703	652	713	225	226	163

FONTE: Revista *Visão - Quem é Quem na Economia Brasileira*, vários anos.
(Dados preliminares, sujeitos a revisão).

quando se considera os anos extremos, de uma participação no conjunto das empresas privadas nacionais, de mais da metade (53,5%) em 1975, para 44,9% em 1990. A intensidade do declínio da participação do Rio é mais intensa. Ambos Estados diferem, nessa trajetória, daquela observada, nessa mesma região, para Minas Gerais.

Não se pode deixar de associar esta desconcentração, no Norte e Nordeste, das políticas regionais ou sub-regionais de atração de investimentos administradas pela SUFRAMA (Amazonas) e SUDAM/BASA (Amazônia Legal) no primeiro caso, nem da política da SUDENE/BNB, no Nordeste. O caso baiano é bem mais complexo, pois simultaneamente com a política regional, ocorreu a implantação, através do II PND, da política de produção de insumos básicos que deu lugar à consolidação do pólo petroquímico naquele Estado.

O que se pode afirmar a respeito da grande empresa estrangeira? Embora seu papel na desconcentração espacial seja, da perspectiva do número de empreendimentos, menos relevante, mesmo porque ela perdeu espaço no decorrer dos anos considerados, não se pode deixar de registrar sua presença na região Norte e Nordeste. No Estado do Amazonas, em particular na Zona Franca de Manaus, as nove empresas estrangeiras aí localizadas estão voltadas para: mecânica, material eletrônico (4), material de transporte, química e farmacêutica. Há, ainda, que considerar, como se comentará adiante, a empresa estrangeira e multinacional associada à exploração do alumínio no Pará, com extensão para o Maranhão. No caso do Nordeste, também, a grande empresa estrangeira se faz presente crescentemente. Em 1990 ela se voltava para mineração, química (7) e produtos alimentícios (Tabela 3). No entanto, tanto no Sudeste quanto no Sul, sua participação diminuiu, entre 1980 e 1990, significativamente (Tabela 3)

A Empresa Estatal e o Setor Público

Para compreender melhor a trajetória da empresa pública na desconcentração espacial, é importante distinguir dois subperíodos nos anos 1975-90: o primeiro de 1975-80 e o segundo compreendendo os anos 80. No primeiro, a grande empresa estatal marca significativamente sua presença: de 72 empreendimentos para 122. O país vivia sua fase de desaceleração pós-"milagre" econômico, na qual as empresas estatais e o setor público, com fácil acesso a empréstimos externos, tentavam dar sobrevida ao ciclo expansivo iniciado em 1967. Nesse momento, as estatais se expandem no Nordeste, no Sudeste (nos três Estados mais industrializados, principalmente) e no Centro-Oeste, em particular no Distrito Federal, sede de muitas estatais.

No segundo subperíodo, entre 1980 e 1990 estabiliza-se o número das estatais entre as 1.000 maiores (passa de 122 em 1980 a 124 em 1990), o que traduz, palidamente, o impasse que as estatais viviam na

chamada “década perdida”, submetidas ao impacto das políticas restritivas de contenção da inflação (cortes de investimentos e controle de tarifas) e a um endividamento inusitado, como se fez referência. Decorre daí, o arrefecimento do papel que havia desempenhado anteriormente na expansão da atividade produtiva no período anterior, quando marcou sua presença também nas regiões industrializadas.

Duas qualificações no entanto são necessárias nessa análise, pois os dados, nesse particular, mais escondem que revelam os processos reais ocorridos.

Uma primeira qualificação diz respeito ao papel da estatal na região Norte, em particular no Pará nos anos 80, quando a Cia. Vale do Rio Doce comanda através de sua ação direta e indireta, o Projeto Grande Carajás. O registro de sua sede, no Rio, não permite que se vislumbre nenhum aspecto da sua ação transformadora no Sul do Pará, no corredor da estrada-de-ferro e em São Luís, no Maranhão. O mesmo se pode dizer da ELETRONORTE, cuja localização da sede em Brasília não ajuda a descortinar seu impacto sobre a região Norte, notadamente o Pará, no contexto da criação, juntamente, com a ação da Cia. Vale do Rio Doce, de um novo pólo industrial numa região periférica (Machado, 1992; Lobo, 1989). Em síntese, a presença das estatais, articulada ao grande capital multinacional, definiu um processo de desconcentração espacial na direção região Norte, articulando-a com o resto do país e com importantes mercados internacionais.

Uma segunda qualificação diz respeito ao papel das estatais e do setor público em geral, no processo de desconcentração espacial, em suas várias dimensões no período recente (inter-regional, e intra-estadual). Neste particular não se pode negar o papel marcante do Estado brasileiro, nos anos 70 sobretudo, com uma relativa continuidade nos anos 80, e sua atuação através de um conjunto pouco articulado de políticas públicas: incentivos regionais, setoriais, investimento estatal, crédito subsidiado, isenções financeiras. Ao caso conhecido e estudado da política regional voltada para o Nordeste, que deu lugar a implantação e consolidação de algumas centenas de empreendimentos industriais, concentrados nas três regiões metropolitanas regionais (Fortaleza, Recife e Salvador), deve-se mencionar a política de insumos básicos, notadamente petroquímicos, que foi responsável pela criação do novo pólo químico brasileiro em Camaçari (BA) (SUDENE/BNB, 1992). Mas sua atuação no processo de desconcentração espacial não parou aí. Além da atuação já registrada através da SUFRAMA e da SUDAM/BASA, na Amazônia, há que registrar, o papel desempenhado através de investimentos diretos e articulação de capitais que o setor público desempenhou na criação do pólo petroquímico no Sul, em particular no Rio Grande do Sul, e no desenvolvimento da química no Paraná.

Finalmente cabe o registro do papel do Estado na desconcentração espacial no Sudeste, em particular nas mudanças ocorridas em São

Paulo. O impulso verificado na economia interiorana de São Paulo embora esteja associado a um conjunto complexo de determinantes (deseconomias externas na Região Metropolitana, legislação ambiental, maior poder dos sindicatos, políticas específicas voltadas para a agricultura e para a exportação de produtos agroindustriais), não se pode minimizar neste processo de "reversão da polarização" o papel desempenhado por programas governamentais como o do PROÁLCOOL, os incentivos à exportação de soja e suco de laranja, a implantação do complexo petroquímico na região de Campinas, o complexo "tecnológico e aeroespacial" de São José dos Campos, a ampliação da COSIPA, sem contar as políticas estaduais e municipais de interiorização da indústria (Negri, 1992).

Não resta dúvida, no entanto, que parte significativa desses impulsos e apoios dados pelo Estado brasileiro, direta ou indiretamente, deixaram de existir nos anos 80, com a crise fiscal e financeira do setor público. Mesmo aqueles que tiveram continuidade, entre eles os incentivos administrados pela SUDENE, SUDAM e SUFRAMA, ou alguns setoriais como os voltados para a exportação, tiveram um arrefecimento e reduziram os impactos, comparativamente com o que se verificou nos anos 70. Os investimentos das estatais tiveram que ser adiados e com isso pólos e complexos industriais em montagem deixaram de ser implantados ou tiveram suas etapas complementares postergadas.

A Dimensão Setorial

Cabe agora examinar, da perspectiva setorial, como se verificou a desconcentração espacial da grande empresa. Foi na indústria ou nos demais segmentos produtivos que se constatou, nas regiões menos industrializadas, o aumento da participação do grande empreendimento? E, no interior da indústria de transformação, em quais grupos se constatou, mais intensamente, este processo?

As informações referentes aos setores produtivos, confrontando a indústria de transformação com os serviços (comércio, transporte e armazenagem, serviços públicos e serviços em geral) sugerem que o processo de desconcentração foi bem mais intenso na indústria. De fato, partindo de um patamar de concentração da grande empresa industrial superior a 80% (mais exatamente 82,4%), o Sudeste alcança em 1990 a participação de 67,5% (Tabela 4).

No que se refere aos demais setores, mais desconcentrados que a indústria, há uma redução do Sudeste, para um nível próximo ao da indústria no final do período. Neste caso, os dados mais desagregados sugerem que a desconcentração ocorre, sobretudo, nos serviços públicos, com as empresas estatais vinculadas a esta atividade difundindo-se ou expandindo mais que os do Sudeste. As empresas do Centro-Oeste, com

TABELA 4
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL (%) DAS EMPRESAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DOS DEMAIS SETORES QUE INTEGRAM AS 1.000 MAIORES EMPRESAS - 1975/80/90

ANOS E SETORES	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
IND. TRANSFORMAÇÃO					
1975	0,4	6,2	82,4	10,7	0,3
1980	1,9	8,2	74,3	15,3	0,3
1990	3,5	10,9	67,5	16,9	1,2
DEMAIS SETORES (1)					
1975	2,3	6,6	73,3	13,2	4,7
1980	1,6	8,6	69,1	13,7	7,0
1990	1,4	10,1	65,0	15,7	7,6
TOTAL					
1975	0,9	6,3	80,3	10,9	1,6
1980	1,8	8,1	73,8	14,0	2,3
1990	3,0	10,5	68,2	15,4	2,9

FONTE: Revista *Visão* - Quem é Quem na Economia Brasileira, vários anos.
 (1) comércio, transp. e armazenagem, serv. públicos e serv. em geral.

Brasília, e do Nordeste ocupam os espaços deixados pelas empresas maiores de serviços públicos do Sudeste.

Era de se esperar que principalmente em relação à indústria ficasse mais evidenciada a desconcentração espacial. Este foi o setor privilegiado na maioria das políticas regionais de desenvolvimento, que, em geral, tendem a identificar industrialização como o próprio desenvolvimento e o bem-estar. O salto da participação do Norte (0,4% para 3,5%), Nordeste (6,2% para 10,9%) e o Sul (10,7% para 16,9%) são muito expressivos, mesmo levando-se em conta que partiram de bases muito reduzidas (Tabela 4)

Essa desconcentração industrial ocorre com as seguintes características:

a) a da indústria de bens de consumo não-duráveis, em detrimento do Sudeste e na direção da região Sul, que praticamente duplica sua participação nas grandes empresas do setor (de 12,8% para 23,1%, Tabela 5);

b) a dos bens intermediários, do Sudeste na direção do Nordeste; seguramente esta maior participação nordestina expressa a presença e consolidação do pólo petroquímico de Camaçari (BA); a região duplica a sua participação (de 7% para 14,4%);

c) a do Sudeste na direção da região Norte, no que se refere ao

grupo da indústria de bens duráveis e de capital (sobretudo os primeiros); aqui, mais uma vez, registre-se, como determinante, o conjunto dos incentivos da Zona Franca de Manaus, que definiram uma estrutura especializada na montagem e comercialização de produtos eletroeletrônicos.

TABELA 5
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL (%) DAS GRANDES EMPRESAS DA
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - 1975/80/90

ANOS E GRUPOS DE IND.	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
NÃO-DURÁVEIS					
1975	1,0	9,4	76,8	12,8	-
1980	1,1	8,2	68,5	21,1	1,1
1990	0,9	12,9	60,5	23,1	2,6
INTERMEDIÁRIOS					
1975	-	7,0	82,7	9,6	0,7
1980	0,7	11,4	76,9	11,0	-
1990	1,2	14,4	71,2	12,6	0,4
CAPITAL E DURÁVEIS					
1975	0,5	1,1	88,6	9,8	-
1980	4,7	2,9	75,5	16,9	-
1990	11,7	1,5	73,0	13,8	-

FONTE: Revista *Visão* - Quem é Quem na Economia Brasileira, vários anos.

Neste sentido, o encolhimento relativo do Sudeste deu lugar, no que se refere à grande empresa industrial, ao surgimento de especializações regionais em cada uma das regiões mencionadas: Nordeste, bens intermediário; Sul, bens não-duráveis; Norte, bens duráveis.

Não é difícil, também aqui, identificar as políticas que foram responsáveis por tais especializações: a da SUFRAMA, no Estado do Amazonas; a regional e setorial de substituição de importação de insumos básicos (II PND) entre eles a de petroquímicos; a política de estímulo à exportação, que no Sul estimulou intensamente tanto a atividade agroindustrial, quanto a da indústria de bens não-duráveis como a de calçados.

Considerações Finais

No processo recente de integração produtiva das regiões brasileiras os grandes grupos econômicos e as grandes empresas desempenharam

papel da maior importância abrindo em várias partes do país frentes de investimento, aproveitando as oportunidades que existiam ou que foram criadas através de políticas regionais, setoriais e macroeconômicas.

Foram além disso, responsáveis pela desconcentração espacial da atividade econômica a partir da segunda metade da década de 70. Neste particular, as informações preliminares revelam o papel da maior relevância desempenhado pela grande empresa privada nacional que, anteriormente concentrada no sudeste, sobretudo em São Paulo e no Rio, passa a investir nas demais regiões brasileiras, contribuindo para a criação de pólos e complexos industriais ou centros de atividade econômica que alteraram a distribuição geográfica de importantes atividades.

Nessa "Reversão da polarização" não se pode deixar de assinalar o papel da grande empresa estatal, tão ou mais importante que as próprias políticas regionais que, explicitamente, apostavam na desconcentração espacial através de estímulos fiscais, financeiros e dotação de infra-estrutura econômica e social.

O segmento econômico que mais intensamente se desconcentrou espacialmente foi a indústria de transformação. Nesse caso o que se assistiu nas últimas décadas foi à projeção da grande região industrial do Sudeste, através da grande empresa, em espaços restritos das demais regiões brasileiras, consolidando áreas industriais especializadas, com diferentes graus de articulação entre si. O Nordeste volta-se predominantemente, para a produção de insumos industriais básicos, notadamente petroquímicos, através do grande empreendimento. No Norte, especialmente o Estado do Amazonas e do Pará, consolidam-se um centro eletroeletrônico e um pólo minero-metalúrgico que alteram a geografia econômica da região. No Sul, o grande empreendimento industrial volta-se para a produção de bens de consumo não-duráveis, em particular calçados e alimentos.

Esta desconcentração territorial com especialização ocorre não só com a presença de capitais extra-regionais, mas com o concurso de frações locais de capitais que, com maior ou menor participação, dependendo do caso, se integram na criação e consolidação desses novos pólos ou complexos.

É importante que se destaque que a desconcentração espacial, nas suas diversas dimensões (intra e inter-regional e intra-estadual) possui uma multiplicidade de determinantes. No entanto, em particularmente todos os casos mais relevantes, inclusive o da desconcentração ocorrida no Estado de São Paulo, não se pode deixar de registrar a influência e a ação das políticas governamentais: estratégias regionais de desenvolvimento, políticas industriais específicas, política de exportação, política de investimentos das empresas públicas. O Estado brasileiro mesmo sem definir uma estratégia espacial explícita e coerentemente articulada, através de uma multiplicidade de programas e de ações pouco ou nada articuladas, terminou promovendo uma

reversão da tendência de concentração econômica, que vinha ocorrendo desde o início da industrialização do país. Curiosamente, tanto na fase precedente de concentração econômica e industrial no Sudeste, como nesse processo mais recente de reversão da polarização, o Estado brasileiro foi, nos dois momentos, o grande artífice.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Tânia Bacelar de, "**Evolução e Perspectivas das Desigualdades Regionais: Região Nordeste**". São Paulo: FUNDAP, 1993 (mimeo).

BUARQUE, Sérgio C. "**Evolução e Perspectivas das Desigualdades Regionais: Região Norte**". São Paulo: FUNDAP, 1993 (mimeo).

DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Maurício Borges. "Mudança no Padrão Regional Brasileiro: Determinantes e Implicações". In: **Análise e Conjuntura**. Curitiba: IPARDES, 1986.

FUNDAJ. "Desigualdades Regionais no Desenvolvimento do Brasil. Década de 70 e Anos 80". **Relatório final**. Recife: FUNDAJ/INPSO/ECONO, 1990 (MIMEO).

FUNDAP. "Empresas Estatais - Ajustamento e Impasses. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1989 (Texto para Discussão, 24).

———. "**A Trajetória da Grande Empresa Privada e Pública: 1978 a 1987**". São Paulo: IESP/FUNDAP, 1989 (Texto para Discussão, 27).

GUIMARÃES NETO, Leonardo. "**Regiões e Grandes Empresas no Brasil: (um estudo exploratório)**". Recife: CNPq/FUNDAJ, 1993a (mimeo).

———. "O Grande Capital Vai à Periferia (Regiões, Conglomerados, Grandes Empresas e o Estado)". In: **Anais-1993**. Belo Horizonte: ANPEC, 1993b. Vol. 1.

———. "Questão Regional no Brasil: Reflexões sobre Processos Recentes". **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, v. 6, n. 1, 1990.

GUIMARÃES NETO, Leonardo; GALINDO, Osmil. "Quem Controla o Que na Indústria Incentivada do Nordeste?" In: **Anais-1992**. Campos do Jordão, 1992.

- LIMA, Policarpo. "Economia do Nordeste: Tendências Recentes das Áreas Dinâmicas". In: **Anais-1993**. Belo Horizonte, 1993. Vol. 1.
- LOBO, Marco Aurélio Arbage. "Estado e Capital Transnacional na Amazônia: o caso ALBRÁS-ALUNORTE". Belém: UFPA, 1989 (mimeo).
- MACHADO, Paulo Fernando. "O Pólo Siderúrgico de Carajás: Gênese de uma Nova Região Industrial?" Belém: UFPA, 1992 (mimeo).
- NEGRI, Barjas. "A Desconcentração da Indústria Paulista nos Últimos Vinte Anos (1970-1990)". In: **Anais do XX Encontro Nacional de Economia**. Campos do Jordão: ANPEC, v. 2, 1992.
- REVISTA VISÃO, "Quem é Quem na Economia Brasileira", vários números.
- RODRIGUES, Maria Cecília. "Rio de Janeiro: Mercado em Crise". **Conjuntura Econômica** n. 7, jun., 1993
- SUDENE/BNB. "Relatório de Pesquisa sobre o Desempenho da Indústria Incentivada no Nordeste - 1988". SUDENE, 1992.
- WERNECK, Rogério. "**Empresas Estatais e Política Macroeconômica**". Rio de Janeiro: Campus, 1987.

